

MPV-351

00051

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

<sup>2</sup> DATA 06/02/2007	<sup>3</sup> Me	PROPOSIÇÃ dida Provisória n.		aneiro de 2007
Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR  AUTOR  5 N. PRONTUÁRIO  454				ļ
6 1- SUPRESIVA 2-	SUBSTITUTIVA 3	MODIFICATIVA	4 X ADITIVA	SUBSTITUTIVO GLOBAL
0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
TEXTO				
EMENDA ADITIVA				
EMICINDA ADITIVA				
Inclua-se os seguintes artigos na Medida Provisória 351/07:				
Art. (). O artigo 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:				
"Art. 3°. ()				
()				
<ul> <li>IX – energia elétrica e energia térmica, inclusive sob a forma de vapor, consumidas nos estabelecimentos da pessoa jurídica;</li> </ul>				
()"				:
THETTELCATIVA				

## **JUSTIFICATIVA**

A criação do regime não-cumulativo do PIS e da Cofins, respectivamente pelas Leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003, teve por objetivo anular os efeitos negativos da incidência cumulativa de tributos, em especial sobre a competitividade dos produtos destinados ao mercado externo. Para tanto, o regime adota como pressuposto a geração de um crédito, referente às incidências dessas contribuições nas operações anteriores, para compensar com

as contribuições incidentes sobre a operação realizada pelo estabelecimento.

Em relação aos combustíveis e lubrificantes usados na fabricação dos bens ou produtos e na prestação de serviços e à energia elétrica consumida pelo estabelecimento, garantiu-se o crédito do PIS e da Cofins.

No entanto, deixou-se de lado outra forma de energia, a térmica, que pode ser adquirida pela pessoa jurídica para ser usada em seu processo de produção. Essa omissão contraria o princípio da não-cumulatividade e gera um injustificado custo tributário para aquelas indústrias que usam esse tipo de energia. Como exemplo, temos um elevado aumento de carga tributária em operações envolvendo a aquisição de energia térmica de projetos de cogeração de energia a partir de fontes renováveis.

Dessa forma, se propõe a alteração dos artigos 3º das Leis nº 10.637/02 e 10.833/03 de forma a garantir o créditos relativos à energia térmica adquirida e consumida pelas indústrias em seu processo produtivo.

Dep. LUIZ CARLOS HAULY - PSDB/PR

